

Política

CONGRESSO

Pesquisas apontam crescimento eleitoral do PT e queda do PMDB

por Andrew Greenlees
de Brasília

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, dedicará boa parte desta semana a contatos na área política. Amanhã, às 15,30 horas, Bresser comparecerá à Comissão do Senado Federal que trata da dívida externa. Na pauta, a renegociação a ser iniciada em setembro. Na sexta-feira, o ministro terá encontro com os dirigentes do PFL, para discutir o andamento do Plano Bresser e, também, a questão da dívida.

"O problema externo, na verdade, é interno", comenta o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, para quem os credores internacionais tendem a aceitar

um acordo com o País desde que a política econômica do governo dê bons resultados. "Se o plano der certo, não precisaremos do ritual formal com o Fundo Monetário Internacional", acredita Chiarelli, que recentemente esteve nos Estados Unidos participando de uma comissão de senadores, que buscava informações sobre a dívida externa.

Chiarelli adianta que seu partido apóia o Plano Bresser e aproveita para cobrar uma posição definitiva do PMDB. "Eles se reúnem para não definir nada", comentou a respeito do encontro da semana passada dos principais líderes peemedebistas no Congresso com o ministro.

CONSTITUINTE

Conservadores formam bloco para "dar uma resposta à esquerda"

por Andrew Greenlees
de Brasília

Já estão formados os três núcleos dos blocos parlamentares que deverão assumir importância crescente nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Depois de os progressistas e centristas iniciarem seus respectivos grupos de pressão sobre a nova Carta, é a vez de os conservadores formarem seu bloco suprapartidário.

"A idéia é dar uma resposta à esquerda", explica o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto, que ontem fazia circular entre os membros de sua bancada um documento que propõe esforços por uma Constituição que "assegure uma política de desenvolvimento com liberdade, cuja meta seja o homem, baseada na livre iniciativa como força propulsora da economia e na justiça social". Segundo Amaral Neto, cerca de 35 dos 37 constituintes do PDS assinarão o documento.

"O grupo quer uma Constituição não socialista e não estatizante", afirma, por sua vez, o deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB, um dos coordenadores do bloco conservador. "Queremos inserir o



Amaral Neto

Brasil num ritmo, numa filosofia de desenvolvimento como o da França, dos Estados Unidos ou do Japão e não da Albânia", avisa Cardoso Alves, encarregado de colher assinaturas no PMDB.

O próprio Cardoso Alves informa a posição do grupo quanto a um dos temas mais polêmicos da Constituinte, a reforma agrária: a matéria, segundo o deputado, deve ser regida pela legislação ordinária, mas alguns princípios podem ser incluídos no texto constitucional, "como proibir a desapropriação de terras produtivas".

Outro membro do grupo, o senador Roberto Campos, do PDS, diz que o objetivo da iniciativa é "podar certos radicalismos" e cita a estabilidade no emprego e a definição de empresa nacional. O primeiro ponto, assinala Campos, levaria a demissões em massa antes da instalação da nova regra e, paralelamente, à crescente mecanização das indústrias. No caso da empresa nacional, o senador propõe uma definição simples: "todas que se estabelecerem no País, pagando impostos e gerando empregos". Na opinião de Roberto Campos, esta definição deve ser a mais generosa possível, "para não afugentar investimentos". Os coordenadores do novo bloco admitem que seus contatos poderão resultar num substitutivo completo (texto constitucional) ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral.

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, também faz parte do grupo conservador e salienta que as três alas na Constituinte devem procurar um grande entendimento. Nos pontos em que isso não for possível, a votação em plenário decidirá. O líder do PDS, Ama-

ral Neto, concorda que deve haver negociação, mas diz que, antes, seu grupo precisa dar "uma prova de força". Participam ainda do grupo os líderes do PFL, José Lourenço, do PTB, Gastone Righi, e do PL, Adolpho de Oliveira. Outro nome de destaque é o do ex-ministro e atual deputado pelo PDS, Delfim Netto.

SISTEMA

Começam hoje à noite as sessões extraordinárias para debate de temas polêmicos na Constituinte. O primeiro assunto será sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo.

A Comissão de Sistematização discutirá nesta quinta-feira dois projetos que instituem plebiscitos populares. O primeiro, de autoria do líder do PDT, Brandão Monteiro, prevê a consulta à população sobre sistema de governo preferido e duração do mandato do presidente José Sarney (4 ou 5 anos), sessenta dias após a promulgação da nova Carta. O deputado Virgílio Guimarães, do PT, quer um plebiscito noventa dias após a promulgação para que os eleitores manifestem sua aceitação ou rejeição do texto constitucional.

Grupos começam negociação

por Francisca Stella Fagá
de Brasília

O primeiro gesto de aproximação entre o grupo moderado e o grupo progressista da Constituinte será tentado amanhã pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE), do grupo moderado.

A missão foi confiada ontem ao senador pelo seu grupo, integrado por cerca de trinta constituintes, entre eles os deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), César Maia (PDT-RJ), Guilherme Afif Domingos (PL-SP), Prisco Viana (PMDB-BA) e o se-

nador José Richa (PMDB-PR).

O convite deverá ser formalizado na reunião marcada para amanhã pelo grupo progressista, articulado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PB), que reúne cerca de cinquenta constituintes, sob a orientação do senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte.

A perspectiva de fusão dos dois grupos é viável, segundo o deputado Paulo Macarini, vice-líder de Mário Covas, desde que confirmada a identidade de propósitos de se chegar a uma Constituição enxuta e moderna.

Os dois grupos precisarão esforçar-se para descobrir outras identidades para chegar a um acordo sobre como deverá ser a nova Carta. Até agora, separadamente, ambos trabalharam em sentidos opostos, a começar pelo método.

O grupo moderado de Virgílio Távora e José Richa trabalhou nas últimas semanas em cima do anteprojeto do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização. Retirou do texto o que considera desnecessário — quase a metade dos 496 artigos — e prepara-se para redigir um conjunto articulado de emendas que, juntas, formariam um novo projeto. E pretende redigir outro conjunto de emendas alternativas sobre os temas mais polêmicos, como sistema de governo e duração do mandato presidencial.

O grupo progressista do deputado Euclides Scalco reuniu-se nas últimas quartas-feiras para discutir especificamente os temas mais polêmicos. Designou relatores para cada um dos temas e na próxima

A mobilização no Sul

por Milton Wells
de Porto Alegre

A Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul) espera reunir no próximo dia 12 deste mês, em Porto Alegre, cerca de trezentas entidades empresariais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, "no encontro de lideranças do comércio". Segundo o presidente da entidade, César Rogério Valente, os empresários estão preocupados com alguns dispositivos aprovados pela Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, que no seu entender, se forem incluídas na Constituição, representarão "a restrição da atividade econômica no País".

Ele não concorda com o aumento da carga tributária para os estados, e observa que

pelo esboço de Constituição está prevista a instituição de imposto de Renda estadual, sem a respectiva transferência de encargos, que continuariam a ser exercidos pela União. "Se houver um aumento de tributos estaduais sem a respectiva mudança de encargos, a União será obrigada a aumentar novamente suas receitas, em prejuízo do contribuinte", raciocina Valente.

O empresário gaúcho também manifesta desgosto em relação ao fundo de seguridade social proposto pelos constituintes. "O empresário precisa conscientizar-se de que o esboço de Constituição está contemplando a voracidade fiscal do governo, em prejuízo da atividade privada", diz Valente. Ele pretende mobilizar os empresários dos três estados da região Sul de modo a influir na Constituição.

reunião, de amanhã, pretende tirar posições conjuntas sobre eles.

As modificações que o grupo moderado já decidiu fazer no anteprojeto Cabral são substanciais. O capítulo sobre tributação e orçamento, por exemplo, seria integralmente refeito. Particularmente, o senador Virgílio Távora está convencido de que o sistema previsto no anteprojeto não permite que quem ganhe mais pague menos e vice-versa. Outro defeito do projeto, segundo o senador, é tirar recursos da União, o que impediria reduzir o déficit público.

O texto do grupo moderado deverá também suprimir integralmente o capítulo sobre o sistema fi-

nanceiro e cortar a maior parte dos direitos dos trabalhadores previstos no capítulo dos direitos sociais. A redação do artigo sobre a estabilidade aos 90 dias será modificada, assim como a que prevê a redução do limite da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

Sobre sistema de governo, segundo o senador José Richa, o grupo chegou à conclusão de que deve redigir uma proposta prevendo o sistema parlamentarista puro e outra prevendo o presidencialismo puro com mais poderes ao Congresso. E fundamental, segundo ele, retirar as incongruências do sistema misto prescrito no anteprojeto Cabral.